

# política

## Leite convida PP para integrar base do governo

Partido teve papel relevante durante atual gestão do Palácio Piratini



FELIPE DALLA VALLE/PP/DIVULGAÇÃO/JC

Deputados da bancada do PP se reuniram com o governador eleito Eduardo Leite na Assembleia Legislativa

### / GOVERNO DO ESTADO

Diego Nuñez

diegon@jornaldocomercio.com.br

O governador eleito Eduardo Leite (PSDB) se reuniu com os sete deputados estaduais eleitos do PP e o presidente estadual da sigla, Celso Bernardi, para formalizar convite ao partido para integrar a base do governo. O vice eleito, Gabriel Souza (MDB), e o secretário-chefe da Casa Civil e coordenador técnico da transição, Artur Lemos (PSDB), também participaram do encontro na Assembleia Legislativa.

A bancada do PP não divulgou uma resposta oficial até o fechamento desta edição. Caso aceite o convite, deve já partici-

par dos trabalhos da transição, junto a outros seis partidos.

Em caso de adesão, o PP se torna o maior partido da base do governo no Parlamento, com sete deputados estaduais eleitos. O MDB, partido do vice-governador eleito, conta com seis parlamentares, enquanto o PSDB, sigla do governador eleito, tem cinco cadeiras. O PP, portanto, deve desempenhar importante papel para a governabilidade do Executivo a partir de 2023.

A sigla já teve papel protagonista no Palácio Piratini durante o atual governo. Em 2018, compôs a coligação vencedora da eleição, à época com PSDB e PTB. Apesar de o PP ter apoiado a candidatura de Onyx Lorenzoni (PL) após derrota de Luis Car-

los Heinze (PP) no primeiro turno neste ano, alguns quadros contrariaram a decisão do diretório estadual e escolheram a candidatura de Leite.

É o caso do deputado estadual Frederico Antunes, que foi líder do governo tucano na Assembleia Legislativa, e de Covatti Filho e Silvana Covatti, que foram secretários durante a primeira gestão Leite.

A bancada eleita do PP, que assume em fevereiro de 2023 com a renovação da legislatura, conta com Adolfo Brito, Ernani Polo, Frederico Antunes, Guilherme Pasin, Joel de Igrejinha, Marcus Vinícius e Silvana Covatti. Todos participaram da reunião, assim como o presidente estadual do PSDB, Lucas Redecker.

## Secretário da Fazenda apresenta IPTU digital para Porto Alegre

### / CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Nikelly de Souza

politica@jornaldocomercio.com.br

O secretário da Fazenda de Porto Alegre, Rodrigo Fantinel, esteve na Câmara Municipal para apresentar aos vereadores um projeto que trará mudanças para o pagamento do IPTU de 2023. Uma delas se trata da disponibilização da guia do imposto, que será entregue ao contribuinte também de forma digital, através do e-mail.

A prefeitura projeta que, após passar essa primeira fase de adaptação, a população de Porto Alegre irá migrar para o pagamento da guia exclusivamente de forma digital, dispensando o formato impresso, o que irá gerar uma economia de R\$ 7 milhões à prefeitura.

Além da economia para a cidade, Fantinel garante que o con-

tribuinte também terá descontos no pagamento do IPTU. Junto ao desconto tradicional oferecido para pagamentos à vista, o contribuinte receberá ainda um benefício caso não tenha nenhum atraso em pagamentos anteriores, gerando um desconto de 3% sobre o valor da guia.

Outro desconto será aplicado para contribuintes que disponibilizam o CPF (Cadastro de Pessoa Física) através da Nota Fiscal Eletrônica. Neste caso o desconto é progressivo - sendo maior conforme o número de notas cadastradas. Mais detalhes devem ser divulgados hoje, em coletiva de imprensa da Secretaria da Fazenda.

Fantinel afirmou que a prefeitura fará uma campanha para informar a população sobre a nova opção de pagamento do imposto e pediu ajuda dos vereadores para realizar essa divulgação.



CMPA/DIVULGAÇÃO/JC

Fantinel adiantou que haverá novos descontos para os contribuintes

## Senador pede afastamento de Nardes do TCU; ministro alega mal entendido

### / SENADO

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentou, ontem, duas medidas contra o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), que teve áudio vazado com teor considerado golpista. À corte, o parlamentar solicitou o afastamento do magistrado; ao Senado, pediu a convocação para que Nardes explique o conteúdo de suas falas em depoimento às comissões de Direitos Humanos e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Em áudio vazado, o ministro, apoiador do presidente Jair Bol-

sonaro (PL), disse ver um "movimento forte nas casernas" rumo a um "desenlace bastante forte na nação". A fala, revelada pela Folha de S.Paulo, sugere uma suposta articulação de golpe militar para impedir a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em nota, o TCU informou que Nardes "lamentava profundamente a interpretação que foi dada sobre um áudio despretensioso gravado apressadamente e dirigido a um grupo de amigos. Para que não pairassem dúvidas, esclarece que repudia peremptoriamente manifestações de natureza antidemocrática e golpistas, e reitera sua defesa da legalidade e das instituições republicanas".

## Centrais sindicais criticam reajuste de 7,7% do piso

### / MÍNIMO REGIONAL

Reunidas na tarde de ontem, na sede da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB-RS), as centrais sindicais definiram posicionamento contrário à proposta do governo do Estado de reajuste do salário-mínimo do Rio Grande do Sul em 7,7% para o ano de 2022, alegando que ela sequer repõe a inflação do período, na marca dos 10,6%.

As centrais sindicais terão uma reunião hoje, às 8h30min, com o presidente da Assembleia

Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado estadual Valdeci Oliveira (PT).

Na oportunidade, pedirão que o Poder Legislativo participe da construção de proposta que atenda a reposição das perdas sofridas no último período, que somam 15,58%, se considerado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2021. Também foi solicitada reunião com o chefe da Casa Civil, Artur Lemos (PSDB), com o objetivo de debater o assunto.

Segundo o presidente da CTB-RS, Guiomar Vidor, as cen-

trais não aceitarão o que consideram "uma injustiça imposta pelo governo do Estado aos mais de 1,5 milhão de trabalhadores que dependem do salário-mínimo do Rio Grande do Sul. São as categorias mais fragilizadas, que sofrem mais com a inflação que está corroendo a renda das famílias, gerando miséria e fome", ponderou.

Federações empresariais defendem que não haja reajuste, pois sustentam que o piso regional tira competitividade das empresas gaúchas em relação a outros estados.